

RESENHA “GEOGRAFIA E MODERNIDADE” DE PAULO CÉSAR DA COSTA GOMES.

REVIEW: “GEOGRAPHY AND MODERNITY” OF PAULO CÉSAR DA COSTA GOMES

Angélica Karina Dillenburg HORII¹

Paulo César da Costa Gomes em seu livro *Geografia e Modernidade*, busca traduzir o desenvolvimento e as contribuições à ciência geográfica nos dois últimos séculos, forjada no interior de um contexto epistemológico em suas múltiplas relações com o projeto da modernidade.

Sua obra, fruto da tese de doutorado defendida na Universidade de Paris IV-Sorbonne tendo como orientador o professor Paul Claval, divide-se em três partes, e procura apreender os vários entrelaçamentos das correntes geográficas com o discurso da modernidade:

1ª parte – o autor traz o debate sobre a Modernidade, apresentando as duas correntes do pensamento geográfico que se fizeram presentes em todo o contexto de formação dessa ciência;

2ª parte – o reforço da dinâmica dual no contexto da Geografia Clássica é apresentado, no qual há uma discussão sobre a evolução da Geografia enquanto ciência e o dualismo presente nesse processo;

3ª parte - com o advento dos tempos modernos, o autor pontua as três principais correntes que predominaram no pensamento geográfico: o horizonte lógico-formal, a crítica radical e a humanista.

A tese ao longo do trabalho aborda os antagonismos que sempre se fizeram presentes à ciência geográfica: geral/regional, humana/física etc., sendo analisados como a expressão de uma dualidade entre dois pólos epistemológicos, correspondentes a duas concepções diferentes da atividade científica. Para o autor, na geografia clássica essas dicotomias foram conciliadas e reconhecidas como complementares para a coexistência da pesquisa geográfica. Já no período moderno, ela foi totalmente rejeitada, sendo que os geógrafos excluía uma das correntes, atribuindo validade apenas a outra.

Outro fator importante destacado por Gomes, ao longo da obra, é o mito anunciado a cada nova etapa do pensamento geográfico, tentando separar o antigo do novo, através de uma quebra de ruptura com o passado. No entanto, o que ocorria era um retorno a este através dos ciclos de mudança que iam se sobrepondo. Para o autor, cada período é marcado pelo duplo fundamento do par novo/tradicional, propagados opostamente, mas que se estruturam em uma mesma ordem. Ele aponta o mito em várias passagens: “*Existem tradições no novo e novidades no tradicional*” (p. 29); “*(...) e a renovação dos ritos do “novo”, verdadeiramente mito da modernidade*” (p. 40); “*Pode-se dizer que a modernidade se renova como um mito, a cada vez que o combate entre o novo e o tradicional se constitui em um discurso sobre a realidade*” (p. 50).

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professora QPM da Rede Pública do Estado do Paraná; Integrante do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional (UNIOESTE).

Sua obra pauta-se em estudos filosóficos dentro de um contexto histórico, escolhendo para a formação de seu discurso, geógrafos que utilizaram a dualidade epistemológica no interior de uma orientação metodológica precisa.

O autor inicia seu livro na primeira parte, realizando um debate sobre a modernidade, mostrando suas principais características. Um novo pensar no saber científico, um novo lugar conferido a ciência, novo código de valores e um discurso científico moderno são as expressões do período. Expõe criticamente que muitos estudos colocam que o período moderno foi construído e dominado pela racionalidade. Porém, ele nos mostra ao contrário. Aponta e dá provas de que essa ciência foi construída por uma identidade sob um duplo caráter: de um lado o território da razão, do saber metódico e normativo; e do outro, diversas contracorrentes contestando o poder da razão. Assim, devemos pensar esse período como um campo de tensões, através do diálogo entre essas duas tendências, e não forjado na hegemonia única da razão. Para Gomes, um conflito sempre presente nas diversas ciências, buscando a legitimidade da atividade intelectual e de sua organização.

Dando sequência as suas ideias, Gomes estruturou as duas principais correntes que deram fundamento a Geografia. O primeiro pólo epistemológico fundado no Século das Luzes, utilizou da razão como argumentação lógica, ordenada e sistematizada para a explicação do mundo. Esse sistema encontra-se na base de raciocínio dos grandes sistemas filosófico-epistemológicos (Kant, Hegel, Marx e Comte) e utiliza a crítica como seu princípio fundador, sendo o veículo motor do processo de renovação moderna. Em contrapartida, o segundo pólo epistemológico também surge no Século das Luzes, mas se comporta opostamente a concepção racionalista. São as contracorrentes que valorizam o particular, a identidade, a tradição, a subjetividade e o poder do sentimento, utilizando a observação e o empírico como elemento de análise, com um discurso próprio e individualizado. Para o autor, o primeiro polo generaliza as características do planeta através de leis gerais, enquanto que o segundo enaltece o individualismo para que possa chegar a uma análise verdadeira de cada objeto de estudo.

A partir dessa dualidade, Gomes apresenta duas hipóteses sobre o desenvolvimento da Geografia: a primeira, apresentando a confrontação entre os dois pólos que teriam contribuído para o surgimento de um gênero de debate que pode ser encontrado a cada momento de transformação ou discussão metodológica; a segunda, derivada da primeira, considera que essa dualidade é uma expressão da modernidade, apresentando uma imagem ou descrição do mundo.

A modernidade inicia-se com o período Iluminista, no qual uma nova temporalidade e um novo ideal de sociedade, a partir da constituição do Estado moderno, refuta todos os valores e costumes da tradição, e, fazendo o uso da razão e do progresso, criariam um novo homem. Nesse contexto, a epistemologia do Século XVIII buscava uma história para a ciência, através do avanço permanente e da valorização metodológica capaz de produzir melhores explicações. A razão era considerada como o único instrumento capaz de construir um objeto do conhecimento por intermédio de um método. Assim, a Geografia desde então, procura uma lógica na ordem natural através de leis matemáticas e suas possíveis relações com a dinâmica da organização social (Descartes, Newton e John Locke). Todos os fenômenos observáveis, naturais e sociais, poderiam ser explicados através de uma lógica matemática, criando uma cadeia de conexões entre eles. O determinismo é usado para afirmar essas argumentações (Montesquieu), propondo-se a explicar tudo sobre uma base lógica, sendo que a ordem global e racional formam o alicerce dessa concepção. É definido como uma metodologia que conduz a verdade e serve como instrumento de previsão. Assim, o discurso determinista se apresenta como uma parte integrante da geografia dita científica.

Kant é o mentor dessas concepções, utilizando em suas obras um espírito crítico, rompendo com o tradicional através do recurso da razão. Ele cria um discurso teórico de uma ciência da natureza, que segundo Gomes, irá dividir as concepções distintas entre a filosofia

centrada na razão humana e a filosofia da natureza centrada na subjetividade, fazendo nascer a dualidade na Geografia. Comte também toma um lugar central na ciência social, contribuindo para o desenvolvimento científico no Século das Luzes. Esse período é dominado pelo positivismo, o conhecimento normativo, as teorias evolucionistas, a relação entre sociedade, natureza e ciência, que culminaram em um quadro geral para o trabalho científico, legitimando um estatuto moderno à pesquisa social.

No bojo dessa ciência racionalista, formam-se diversas contracorrentes consideradas o segundo pólo epistemológico da Geografia, que opuseram-se ao modelo racionalista clássico. Entre as principais estão a Filosofia da Natureza, que rejeitava a análise abstrata racionalista; o Romantismo, que era contra a generalização e o comum, valorizando a identidade de cada comunidade e o culto a natureza, redefinindo o conceito de meio ambiente e a noção de pátria; a Hermenêutica, como método de interpretação e leitura de textos sagrados e clássicos, no qual a natureza foi o principal foco dessa corrente que buscava compreendê-la em sua totalidade valorizando a subjetividade e a experiência vivida; e a Fenomenologia, através da descrição dos fenômenos e seu reflexo sobre a essência das coisas.

Na segunda parte da obra, o autor trabalha com o período da Geografia Clássica, mostrando a dinâmica dual sempre presente nos discursos dos principais geógrafos do período. Aponta que os fundadores da Geografia Moderna formaram um arcabouço de produções com dados e informações através das monografias nacionais, e a geografia encontrava-se ligada as narrativas de viagem. Busca-se a partir de então, a substituição da dimensão metafísica da pesquisa, por uma legitimidade epistemológica através da validade de um método. Alexandre Von Humboldt é reconhecido no período por esta ciência, estabelecendo novas regras ao pensamento geográfico moderno. Utiliza os relatos de viagem, valorizando a observação direta e a descrição, junto a uma preocupação em realizar comparações e raciocínio gerais e evolutivos. Utiliza a Filosofia da Natureza (romantismo filosófico) para apenas observá-la, colocando a necessidade de *“poetizar as ciências”* (p. 153), combinando com as ideias recebidas do materialismo racionalista e do idealismo alemão. A geografia proposta por Humboldt engloba uma reflexão sobre o homem e uma reflexão sobre a natureza, tomada sobre um mesmo patamar de inteligibilidade, produzindo um discurso e uma imagem coerente e científica do mundo moderno. *“Seu discurso é racional, lógico, mas também poético e emocional, sem que um corte claro permitisse distingui-los”* (p. 156).

Karl Ritter busca junto com Humboldt estabelecer as novas bases de um saber organizado e metodologicamente rigoroso, fazendo uso das contracorrentes para a elaboração do seu discurso. Influenciado por Kant, pela Escola Hermenêutica e pela Filosofia da Natureza, ambos são encontrados em suas obras. O determinismo também aparece junto com a aplicação das matemáticas à Geografia. Assim, Gomes aponta uma dificuldade em classificar o pensamento de Ritter, não só pela união do seu irracionalismo romântico com a metafísica cartesiana, mas também pelo discurso contrário que realiza, ora tomando a *“forma de uma hermenêutica da natureza, ora recorre ao estilo científico positivo mais puro”* (p. 171).

Gomes conclui que Humboldt e Ritter deixaram como legado à Geografia Moderna um saber geográfico moderno e científico, mostrando que o racionalismo e o romantismo figuram como aspectos complementares de um mesmo e único conhecimento científico, pois enquanto a Terra é um sistema global, ela também pode ser conhecida por suas diversas partes, as quais reenviam ao todo.

Outro geógrafo destacado por Gomes é Vidal de La Blache. Além da descrição, o autor mostra que ele criou categorias e noções gerais interligadas, utilizando o homem como agente do meio, agindo sobre ele e sofrendo sua ação. Através da categoria gêneros de vida, mostrou a forma específica como cada grupo desenvolve na sua maneira de ser e viver,

reproduzindo-se historicamente. Vidal não seguiu uma corrente filosófica precisa, e utilizou influências diversas para produzir uma nova concepção de Geografia. Utiliza narrativas e descrições regionais para sua construção científica e faz uso de um certo positivismo quando afirma que a geografia era uma ciência que analisa, classifica e compara. Assim, para Gomes, pode-se observar em Vidal duas leituras: de um lado um modelo analítico, produzindo leis gerais, e de outro a preocupação com um corpo científico através da observação de causas regulares; mas sempre o uso das duas vertentes são usadas como complementares.

Na última parte do livro, em *O advento dos Tempos Modernos*, o autor apresenta uma renovação crítica na Geografia, período compreendido nos anos posteriores pós 2ª Guerra Mundial, que irão provocar uma reação crítica às monografias regionais. Nesse sentido, ressurgem um positivismo crítico baseado em um novo racionalismo, expresso através da probabilidade, no qual a filosofia e o conhecimento deviam associar-se a lógica e as matemáticas. Na Geografia esse período fica conhecido como Nova Geografia ou Geografia Teorética ou Quantitativa. Pensadores como Sauer, Hartshorne e Schaefer, utilizam-se dessa crítica racionalista. Essa nova forma de lógica recebe a denominação de moderna, pois tinha como pressupostos ser mais objetiva, geral e precisa do que a lógica tradicional.

Assim, nos anos 1950/60 ocorre uma valorização das ciências matemáticas (prestígio a física quântica), no qual as outras disciplinas deveriam buscar nela sua coerência, rigor e objetividade. A concepção sistêmica (teoria geral dos sistemas) é adaptada como um modelo poderoso a todas as ciências. As monografias regionais são descartadas, julgadas insuficientes para responder as indagações propostas por David Harvey (1992) ao período presente, buscando-se estabelecer uma fronteira entre o antigo, a tradição e o novo, a ciência moderna. No entanto, o determinismo de Ratzel continua a ser usado, apresentando-o com um verdadeiro rigor científico. A análise espacial torna-se o objeto fundamental, e a teoria geral dos sistemas deve ser o instrumento dessa nova visão.

Com o passar dos anos, na década de 1970, Gomes ratifica que esses mesmos geógrafos que anunciavam uma geografia quantitativa, começam a observar novos horizontes e criticar sua produção, a partir dos desdobramentos resultantes do período. As críticas giravam em torno do caráter teórico-metodológico (modelos econômicos de inspiração neoliberal) do domínio prático e ideológico da Nova Geografia (respostas objetivas, neutras e abstratas). Esse novo saber volta-se então a Antropologia Cultural e a Sociologia, valorizando os comportamentos sociais, e utilizando o saber a serviço da transformação social através de situações históricas concretas. Suas ideias estão pautadas no materialismo histórico dialético de Karl Marx (1867), valorizando um discurso político engajado na ciência.

Para o autor, Yves Lacoste com a Revista *Heródote* em 1976, é o marco da difusão desse pensamento crítico na França. Lacoste mostra que a passagem para o moderno integra a natureza política inerente à reflexão espacial, revalorizando a preocupação espacial e buscando no passado da Geografia de Eliseé Reclus (1905) as raízes para a legitimidade e permanência de uma luta epistemológica consciente do seu papel social. Assim reaparece a Geopolítica, e os preceitos racionalistas da Geografia Quantitativa não são descartados, mas utilizados por um saber mais objetivo, justo e sem máscaras.

A partir dos anos de 1980, Lefebvre também contribui para uma transformação na análise geográfica marxista, mostrando a construção social fundada sobre a dinâmica da própria espacialidade. A geografia abandona um projeto de construir através do materialismo uma ciência total. Não existe mais a crença de uma via metodológica única, que será aquela que irá promover a verdadeira Geografia, mas se reconhece a importância e a riqueza de outras condutas possíveis.

O horizonte humanista que ressurgem com força nesse período retorna a tradição e a origem perdida desta ciência, utilizando uma visão antropocêntrica, holística, sendo o homem considerado como produtor de cultura. Assim, o humanismo retoma os estudos da

Antiguidade Clássica e mostram em processo contínuo, uma nova relação com o mundo e uma nova dimensão com o homem. A modernidade dos humanistas em relação ao passado é feita da renovação da imagem do mundo, que recoloca o homem no centro de sua cultura particular.

Paulo César da Costa Gomes fecha as páginas do seu livro apontando que o caminho de constituição do fundamento epistemológico da ciência geográfica, sempre esteve integrado à dualidade dos dois pólos, presentes em todo processo de formação dessa disciplina. Leitura primordial para aqueles que desejam alargar seus horizontes e aprofundar o entendimento sobre o debate epistemológico na formação dessa ciência. “*Há tantas Geografias quantas são as percepções do mundo*” (p. 327).

Referência

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Resenha recebida em 19-10-2014
Resenha aceita para publicação em 21-11-2014